



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E  
TRADICIONAIS**

**REQUERIMENTO N.º , de 2026**  
(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a proteção das lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais defensores dos direitos humanos e do meio ambiente na Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública destinada a debater a proteção das lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais defensores dos direitos humanos e do meio ambiente que atuam na Amazônia, bem como o fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção da violência e à garantia dos direitos fundamentais dessas populações.

Para tanto, propõe-se sejam convidados os seguintes representantes:

- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério dos Povos Indígenas;
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;
- Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH;
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB;
- Comissão Pastoral da Terra – CPT;
- Ministério Público Federal.

**Justificativa**

A Amazônia concentra grande parte dos conflitos fundiários, ambientais e territoriais registrados no país. A expansão de atividades ilegais, como o garimpo clandestino, a exploração irregular de madeira, a grilagem de terras públicas e outras formas de ocupação ilícita, tem provocado crescente violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais, defensores dos direitos humanos e lideranças comunitárias.

Essas lideranças desempenham papel essencial na proteção dos territórios tradicionais, na preservação da biodiversidade e na defesa dos direitos assegurados pela





## CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Constituição Federal. Contudo, frequentemente enfrentam ameaças, perseguições, intimidações e episódios de violência decorrentes de conflitos relacionados ao uso e ocupação da terra e à exploração ilegal dos recursos naturais.

A garantia da integridade física e da segurança dessas lideranças representa condição indispensável para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, para a efetividade das políticas ambientais e para a proteção dos direitos coletivos das populações tradicionais.

Embora existam programas federais destinados à proteção dos defensores de direitos humanos, diversos estudos apontam a necessidade de ampliar sua estrutura, fortalecer mecanismos de prevenção, melhorar a articulação entre os órgãos públicos e garantir respostas mais rápidas diante das situações de risco.

Também se faz necessária maior integração entre os órgãos de segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário, órgãos ambientais e instituições responsáveis pela proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais, permitindo atuação coordenada no enfrentamento das organizações criminosas que atuam na região amazônica.

A realização desta Audiência Pública permitirá ouvir representantes do Poder Executivo, do Ministério Público, especialistas, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias, promovendo debate qualificado sobre medidas capazes de fortalecer a proteção das pessoas que dedicam suas vidas à defesa dos direitos humanos, da floresta e dos povos tradicionais.

O debate contribuirá para subsidiar a elaboração de propostas legislativas e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à promoção da justiça e ao fortalecimento da democracia na Amazônia.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2026.

**Dorinaldo Malafaia**  
Deputado Federal – PDT/AP

